

FLORESTAN FERNANDES E A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA¹

João Zanetic²

Arquivo Florestan Fernandes



Florestan participa de manifestação popular em Brasília

Na Campanha em Defesa da Educação, iniciada em 1960, o sociólogo de renome internacional formado na USP declarou que a democratização do ensino só se realizaria no Brasil quando fossem abolidas as barreiras extraeducacionais que convertem o direito à educação em privilégio das classes dominantes. Destacou igualmente a histórica escassez de recursos financeiros destinados à escola pública. E ainda diria palavras como essas trinta anos depois, quando da discussão da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que viria a ser aprovada, ainda sem contemplar seus sonhos, em 1996

Em 2005 ocorreram vários eventos em homenagem a Florestan Fernandes, marcando os dez anos decorridos desde seu falecimento em 10 de agosto de 1995. Tive oportunidade de participar como convidado em dois deles, que aconteceram no Auditório Franco Montoro da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

O primeiro, em 8 de agosto, promovido pelo mandato do deputado estadual Renato Simões (PT), foi um “Ato solene em homenagem a Florestan Fernandes”, que contou com exposições de Plínio de Arruda Sampaio e Francisco de Oliveira que abordaram, respectivamente, a atividade política e parlamentar e a vida acadêmica de Florestan. Participei desse evento representando o Fórum das Seis que, em campanha pela reversão do veto do governador Alckmin ao aumento de recursos para a educação pública de São Paulo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, aprovado pela Alesp, organizou o segundo evento, no formato de uma aula na greve, em 1ª de setembro, com o tema “Florestan Fernandes e a defesa da Escola Pública”.

Acredito que todos os eventos ocorridos em homenagem a Florestan Fernandes são, mais do que justos, necessários. Num país tão pouco apegado às suas memórias mais significativas e, ao mesmo tempo, tão necessitado de aprender com sua história, vale homenagear a figura desse notável cientista social, militante do socialismo e grande estudioso e combatente em defesa da escola pública.

O breve texto que segue é uma versão ampliada das notas que utilizei

na minha fala nos dois eventos acima mencionados. Para oferecer uma dimensão minimamente histórica do significado de Florestan Fernandes na sua incansável luta de várias décadas em defesa da educação pública, apresentarei algumas informações biográficas mescladas com algumas lembranças, recentes e antigas.

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo, em 22 de julho de 1920. Numa bela entrevista que concedeu para a revista *Teoria&Debate*, em 1991, ele lembrava os seus primeiros anos de vida, destacando que foi menino de rua e que iniciara sua vida de trabalhador aos seis anos de idade! A partir dessa idade ele trabalhou inicialmente como ajudante de barbearia, carregador e engraxate, trabalhando depois em açougue, marcenaria, alfaiataria, padaria, restaurante, bar e, finalmente, em um laboratório de produtos farmacêuticos. Nessa entrevista ele lembrava de um episódio ocorrido quando era um jovem carregador: “Com seis anos, eu só podia fazer pequenas tarefas, como, por exemplo, limpar as costas de fregueses em barbearias para ganhar gorjetas. Uma vez uma senhora me pediu para transportar uma caixa de mangas da Estação da Luz até a rua Treze de Maio. Imagine se há humanidade ou sentido cristão nesse tipo de trabalho!”³.

Quanto à vida escolar, pode-se afirmar que Florestan foi um autodidata desde tenra idade, pois, devido ao trabalho, não conseguiu completar sequer o curso primário regular. Completou seus estudos básicos em cursos de madureza e, mesmo assim, acabou passando em quinto lugar no exame de ingresso na Faculdade de

Filosofia, em 1941, completando seu curso de Bacharelado em Ciências Sociais em 1943, e a Licenciatura no ano seguinte. Em 1945 o estudante autodidata começou a dar aulas na Faculdade, contratado como professor-assistente, ao lado de Antonio Candido, na cadeira de Sociologia II, capitaneada por Fernando de Azevedo.

Cabe mencionar aqui a lembrança que Antonio Candido resgatou daquela época por ocasião de outra homenagem, ocorrida em 10 de agosto, quando a biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas passou a denominar-se Biblioteca Florestan Fernandes. Antonio Candido disse que o nome do velho amigo era, sem dúvida, o mais apropriado para designar a biblioteca, pois Florestan amava os livros e a leitura desde os tempos em que eram estudantes, quando ele se punha a ler atentamente aqueles livros clássicos das ciências sociais que todos elogiavam, mas que ninguém ousava enfrentar. Rindo dessa lembrança, ele disse ainda que Florestan não apenas lia o livro como comentava seu conteúdo com os colegas. E nesse elogio ao livro e à leitura, cabe reproduzir aqui um trecho de um depoimento de Antonio Candido, numa homenagem a Florestan ocorrida em 1986:

“Um belo dia eu o conheci no corredor da Faculdade, carregando uma enorme pasta de livros, encostado na janela e lendo, como já contei noutro lugar, uma vida de Buda, sobre a qual começou a falar com volubilidade. Também essa maneira por que o conheci se tornou paradigmática para mim, porque Florestan foi e é um homem que lê praticamente sobre tudo. Engana-se quem

supõe nele uma cultura puramente sociológica. Ele não só tem vasta formação filosófica, econômica, histórica, como também grande formação literária e artística.”⁴

E foi em função também desse apego ao livro e à descoberta de outras leituras do mundo que o menino de rua logo passaria a ser um intelectual de primeira grandeza que, preocupado com a cruel realidade social que sentira na própria carne e espírito, procurava associar a qualidade teórica de seus estudos científicos às características históricas e sociais do Brasil. Essa preocupação está registrada na entrevista antes mencionada quando esclarece o motivo de sua escolha de estudo: “Quando fui para a Faculdade de Filosofia, a escolha de ciências sociais estava nebulosamente imbricada à ideia de que eu teria um conhecimento que seria útil para transformar a sociedade. Depois vi que, ao contrário, a estrutura do curso estava voltada para estudar a sociedade de uma maneira científica, não havia polarização ideológica.”⁵

Florestan encontraria uma forma de construir a ponte entre os conhecimentos científicos adquiridos e sua aplicação ao estudo de temas importantes para compreender e, possivelmente, “transformar a sociedade” em que estava inserido. É daí que nasceu, certamente, seu estudo inédito da problemática indígena, como também seu interesse na compreensão do negro na sociedade brasileira. Para exemplificar essa forma de tradução epistemológica de sua preocupação social basta mencionar que em 1946 ele traduziu o texto clássico de Marx *Crítica da Economia Política*, produzindo uma destacada introdu-

ção analítica; em 1947 defendeu seu mestrado, na Escola de Sociologia e Política, com a dissertação “A organização social dos Tupinambá”; e, em 1951, obteve seu doutorado, na Faculdade de Filosofia, com a tese “A função social da guerra na Sociedade Tupinambá”.

Para se ter uma dimensão do reconhecimento imediato da importância desses dois trabalhos e de outros que se seguiram para a introdução dos estudos sociológicos no Brasil, creio ser suficiente mencionar dois exemplos. Em primeiro lugar, a avaliação feita por seu mestre Fernando de Azevedo, apresentada no clássico *A cultura brasileira*, em 1954/55: “Com suas duas obras fundamentais [...] que lhe granjearam a reputação nos círculos mais ilustrados do país e do estrangeiro, Florestan Fernandes atinge, no plano dos estudos e das pesquisas sociológicas, uma posição científica que poucos na América Latina lhe poderiam disputar.”⁶

Em segundo lugar, confirmando o que dizia Fernando de Azevedo, Florestan obtinha reconhecimento de seus estudos sobre diferentes teorias sociológicas por parte de importantes intelectuais estrangeiros, como é o caso deste comentário do sociólogo americano Robert Merton a respeito de um trabalho de 1953: “O trabalho de Florestan Fernandes, ‘Ensaio sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia’ (São Paulo: Universidade de São Paulo, Boletim nº 170, 1953), é uma monografia informativa e sistemática que recompensa uma leitura tão apressada e falível como a minha.”⁷

Uma outra temática de interpretação sociológica da realidade, que

Florestan desenvolveu desde a década de 1950, foi a marxista. E isso ocorreu no momento em que ele iniciou seus estudos sobre o negro na realidade brasileira que, na expressão feliz de Antonio Candido, acenderia nele o estopim radical que permaneceria brilhando até o final de seus dias. Com base nesse referencial teórico marxista Florestan apresentou, em 1964, para o concurso de professor catedrático, sua tese “A integração do negro na sociedade de classes”.

O último ano mencionado me traz à lembrança meus tempos de estudante e um acontecimento decorrente do Ato Institucional nº 5 (AI-5), baixado pela Ditadura Militar em 13 de dezembro de 1968. Numa tarde de abril de 1969, nas proximidades da sede do Cefisma⁸, ouvíamos pelo noticiário do rádio a leitura do primeiro decreto, emanado do AI-5, que cassava os direitos políticos e de trabalho de funcionários públicos, “aposentando-os”, como dizia o decreto. Entre algumas dezenas de nomes encontrava-se o de Florestan Fernandes. Foi um ato violento contra todos os envolvidos, mas que atingiu Florestan dolorosamente, uma vez que o afastava das atividades que ele mais amava, a docência e a pesquisa. Essa dor foi lembrada por Heloísa Rodrigues Fernandes, em entrevista logo após o falecimento de seu pai, com essas palavras: “Foi ruim, porque ele havia investido tudo na universidade e de uma hora para outra chegam para ele e dizem: ‘Você está fora’.”⁹

Uma cara lembrança que tenho de Florestan está relacionada ao ciclo de conferências que ele deu em

1975 no Instituto Sedes Sapientiae, dirigido pela saudosa Madre Cristina. Para situar a gravidade do momento histórico então vivido, lembro que em outubro daquele ano foi assassinado, nas dependências do II Exército, o jornalista e professor da ECA-USP Vladimir Herzog. Nesse clima de terror, Florestan, que costumava dizer naquela época que antes de sociólogo ele se considerava um militante socialista, nos oferecia um amplo quadro sobre as perspectivas sociais e políticas da realidade brasileira utilizando, para tanto, o rigor de seus referenciais teóricos onde o marxismo tinha uma posição de destaque.

Em 1977 Florestan foi contratado como professor da PUC-SP e, ao lado das aulas que ministrava, continuava a produzir artigos e livros analisando diferentes temas educacionais, políticos e acadêmicos. Um acontecimento importante decorrente de sua colaboração com a PUC, que testemunha o olhar atento de Florestan, unindo a pesquisa acadêmica à docência comprometida com um olhar crítico sobre a atualidade, deu-se por ocasião da criação dos cursos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Um desses cursos era dedicado a uma análise sobre Cuba. Daí nasceu o livro *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*, publicado em 1979.

Na década de 1980 Florestan assinou durante vários anos uma coluna semanal no jornal *Folha de S. Paulo*. Em 1986 ingressou no Partido dos Trabalhadores, pelo qual foi eleito deputado federal nesse ano e reeleito em 1990.

Muitos são os exemplos de seu engajamento na luta em defesa da escola pública. Lançada em São Paulo em 1960, a Campanha em Defesa da Escola Pública levou Florestan a se manifestar várias vezes. Publicados por jornais e revistas, seus artigos ganharam repercussão nacional

Em função da realidade brasileira contemporânea, ou do processo histórico por que passa a sociedade brasileira, como preferia dizer Florestan, são úteis estas palavras registradas ainda na mesma entrevista de 1991: “No momento em que o PT renegar a sua função de servir de espinha dorsal à luta política dos trabalhadores, deixando de ser um partido de revolução contra a ordem, ele deixará de ter importância para a instauração da democracia com igualdade social no Brasil.”¹⁰

Muitos são os exemplos que poderia escolher dentro do trabalho analítico de Florestan Fernandes sobre temas que cobrem todos os níveis e modalidades da educação brasileira. Muitos são também os exemplos de seu engajamento militante na luta em defesa da escola pública. Um exemplo significativo dessa luta, e que desperta um olhar muito amargo sobre o que ocorre nos dias

de hoje, foi a Campanha em Defesa da Escola Pública, desencadeada durante a I Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública, ocorrida em São Paulo, em 5 de maio de 1960. Essa campanha levou Florestan a se manifestar inúmeras vezes, convidado por entidades de estudantes secundários e universitários, de professores, de jornalistas, de escritores e de operários que se juntaram num movimento inédito no Brasil.

Antonio Candido, que sempre esteve carinhosamente atento às atividades do amigo, apresenta a seguinte reflexão sobre esse momento: “Assim, o teórico que estava privilegiando cada vez mais a visão marxista se associava ao pesquisador que privilegiava cada vez mais o estudo dos problemas contemporâneos. Estava, portanto, pronto o terceiro Florestan Fernandes, o da maturidade, a partir dos anos 60. Este foi o da luta pela escola pública, em cuja defesa percorreu o país numa campanha memorável; foi o dos pronunciamentos de corte socialista, o que levou a ditadura a submetê-lo em 1964 a um inquérito policial-militar e, ante a sua firme reação de destemor e inconformismo, a detê-lo num quartel do Exército. O desfecho foi a aposentadoria punitiva em 1969, que o obrigou a viver tempos no exterior.”¹¹

Nessas suas manifestações, que se transformaram em artigos publicados pelos jornais e revistas da época, ganhando grande repercussão nacional, Florestan fazia um balanço da educação brasileira que ainda é muito atual. Ele destacava diversos momentos anteriores à campanha de 1960, como o papel desempenhado pelo “Manifesto dos Pioneiros da

Educação Nova”, de 1932, que defendia a “necessidade de dar ao sistema nacional de educação um caráter orgânico e integrado, de modo a submeter as tendências à diferenciação e à descentralização do ensino a um conjunto de objetivos comuns e a um mínimo de princípios diretores fundamentais”. Ele afirmava que essa idéia foi incorporada na Constituição de 1934, que mencionava pela primeira vez a construção de um “plano nacional de educação”. Já a Constituição de 1946 mantinha essa conquista e estabelecia que competia “à União legislar sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. No entanto, o caminhar da construção dessa lei foi demasiadamente lento. Florestan destacava que “só em 1957, em parte sob a pressão dos educadores e o clamor da opinião pública esclarecida e em parte sob a exigência de circunstâncias imperiosas, o assunto passou a tramitar com maior rapidez pela Comissão de Educação e Cultura do Congresso”.¹²

Assim, a Campanha em Defesa da Escola Pública de 1960, que estava relacionada principalmente com a educação básica, “surtiu como produto espontâneo das repulsas provocadas, em diferentes círculos sociais, pelo teor do projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado em janeiro de 1960 pela Câmara dos Deputados”. O projeto de lei aprovado era um substitutivo elaborado pelo deputado Carlos Lacerda, identificado por Florestan como “o inimigo público número 1” do ensino oficial. A iniciativa de Lacerda coroava a “imensa conspiração retrógrada contra o ensino público, nascida do estranho conluio dos pro-

prietários de escolas privadas leigas e os mentores das escolas mantidas por iniciativa do clero católico”.¹³

Florestan ressaltava naquela campanha que a democratização do ensino só se realizaria quando fossem abolidas as barreiras extraeducacionais que restringem o direito à educação convertendo o ensino em privilégio social das classes dominantes. Destacava também a histórica escassez de recursos financeiros destinados à educação. E ainda diria palavras como essas trinta anos mais tarde, quando da discussão da nova LDB que viria a ser aprovada, ainda não contemplando seus sonhos, em 1996.

É instrutivo lembrar o que dizia Florestan naquela época e aplicar sua análise aos acontecimentos dos dias atuais, em que o governo federal está empenhado na elaboração de um projeto de Reforma da Educação Superior que nada acrescenta em recursos às universidades públicas e que, ao contrário, enfatiza o papel das fundações e de outras formas de captação privada de recursos. Como expandir o ensino superior público, até mesmo segundo as metas do atual Plano Nacional de Educação, se o governo Lula não propõe a revisão dos vetos de FHC ao aumento de recursos?

Por outro lado, ao não assegurar que a rede particular de ensino superior — que prosperou como um ramo qualquer de negócios lucrativos no período FHC e continua crescendo no período Lula — será supervisionada com regras mais rígidas, visando garantir uma educação de qualidade que cubra um amplo leque de áreas do conhecimento, como falar em reforma universitária? A situação é agravada quando não é proposta a

revisão da composição e das atribuições do Conselho Nacional de Educação (CNE), que constava do Programa de Governo Lula, fazendo com que esse órgão continue a ser submetido aos interesses das mantenedoras da educação privada, uma vez que seus representantes constituem a maioria dos membros do CNE.

Em função desses fatos, cabe destacar a intervenção de Florestan quando comentava o jogo de forças políticas que impeliram, naquele longínquo e, ao mesmo tempo, tão próximo ano de 1960, a Câmara dos Deputados a aprovar o substitutivo Carlos Lacerda. Ele dizia: “Os estabelecimentos de ensino particular converteram-se, em sua maioria, em grupos de pressão e compeliram os deputados a optar por soluções que representam um sério golpe na [...] nossa política educacional [...] As escolas particulares leigas [...] deram relevo à maior participação do Estado no financiamento de empresas de ensino lucrativas, por motivos estritamente pecuniários”.¹⁴ E não é exatamente isso que pleiteiam as mantenedoras da educação privada atualmente?

Mais adiante Florestan comentava a política de bolsas de estudos, na educação básica, para alunos carentes que lembra bem o que acontece com a política de bolsas para pagamento de mensalidades em instituições particulares de ensino superior praticada pelo governo Lula por meio do Prouni¹⁵. Dada a relevância da reflexão de Florestan e a similaridade com o que ocorreu no Congresso Nacional recentemente, reproduzo um longo trecho de seu trabalho “A democratização do ensino”, apresentado naquela I Convenção Esta-

dual em Defesa da Escola Pública: “... as bolsas destinadas a pagamento de anuidades escolares irão beneficiar camadas da população brasileira que podem custear a educação. [...] A alternativa que se impunha, para beneficiar os setores menos privilegiados da sociedade brasileira, seria a concessão de bolsas a alunos pobres — não para pagar anuidades, mas para permitir a frequência à escola pública gratuita. O subaproveitamento das oportunidades educacionais no Brasil resulta do nível de pobreza da maioria da população, que não está em condições econômicas sequer de aproveitar a escola pública gratuita onde ela exista. Essa alternativa chocava-se, porém, com os interesses egoísticos dos grupos de pressão, que exerceram influência na confecção do projeto de lei e, por isso, não foi considerada. Ela parece ser, não

obstante, uma das vias para as quais precisaremos apelar, para promover o desenvolvimento educacional nos setores pobres da população brasileira, em particular nas regiões menos prósperas do País.”¹⁶

Mas a defesa da escola pública não estava presente apenas nos escritos e intervenções de Florestan Fernandes na campanha dos anos 1960. Ela se estendeu ao longo das décadas seguintes com destacadas análises do que ocorria em nossas universidades. Muito poderia ser mencionado dos trabalhos de Florestan a esse respeito. Fecho este breve balanço com um trecho de um artigo que ele escreveu, em 1984, nos estertores da Ditadura, para comemorar os cinquenta anos da USP, onde destacava o desafio da passagem do século XX ao século XXI:

“Nos dias que correm, no ano do

cinquentenário, sobem à tona outros vínculos — com as classes trabalhadoras, o exército de miseráveis soterrados nas favelas e no campo, as exigências de conquista de um Estado democrático (como mero ponto de partida de um novo desenvolvimento histórico), do combate à dominação imperialista etc.; e, como consequências menores mas urgentes, as exigências gritantes de recuperação institucional, de democratização da vida universitária, de conquista das eleições diretas, de repulsa à política econômica suicida acordada com o FMI etc. Em conjunto, tudo isso põe à frente o ideal de uma universidade aberta e democrática, fundida aos interesses da maioria, isto é, da massa da população pobre e trabalhadora. Esse é o desafio do fim do século XX e da transição para o século XXI.”¹⁷

NOTAS

- 1 Artigo publicado na *Revista Adusp* 36, de janeiro de 2006.
- 2 Professor do Instituto de Física da USP, João Zanetic (1943-2024) foi presidente da Adusp nas gestões 1991-1993 e 2009-2011.
- 3 “Florestan Fernandes”, por Paulo de Tarso Venceslau. In: *Rememória – Entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 227.
- 4 Antonio Candido. *Florestan Fernandes*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 27. Muitas das informações incluídas neste artigo foram obtidas da leitura desse livro.
- 5 Referência da nota 3, p. 228/229.
- 6 Fernando de Azevedo. *A Cultura Brasileira. Introdução ao estudo cultural no Brasil*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 4ª edição, revista e ampliada, 1963, p. 420/421.
- 7 Robert K. Merton. *Sociologia, Teoria e Estrutura* (edição ampliada de 1968). São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970, p. 152.
- 8 Cefisma era a sigla do Centro dos Estudantes de Física e Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Após a reforma de 1971 surgiu o Instituto de Física e a mesma sigla continuou a ser utilizada, agora para designar o Centro Acadêmico dos Estudantes de Física.
- 9 Zilda Iokoi e Marcos Cripa. “Tudo na vida é sério, mas nada é definitivo” (entrevista de Florestan F. Júnior e Heloísa R. Fernandes). *Revista Adusp* nº 4, outubro de 1995, p. 25.
- 10 Referência da nota 3, p. 239.
- 11 Antonio Candido, referência da nota 4, p. 39.
- 12 Florestan Fernandes. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus Editora e Edusp, 1966, p. 355 e 424/425.
- 13 Idem, p. 346/347.
- 14 Idem, p. 131/132.
- 15 O Programa Universidade para Todos (ProUni) permite a concessão de bolsas de estudo para estudantes “carentes”, assim denominados aqueles estudantes cuja renda familiar per capita seja de, no máximo, 1,5 salário mínimo, em instituições de ensino superior privadas, em contrapartida à isenção do pagamento de impostos e contribuições.
- 16 Referência da nota 12, p. 132/133.
- 17 Florestan Fernandes. *A questão da USP*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984, p. 20.